

Não aguento a hipocrisia do governador e desse secretário da Segurança, que é um morto, que não toma atitude, que não assume sua responsabilidade. É uma vergonha. Há 80 dias mataram o soldado Conejo; no dia 11 de dezembro mataram o soldado Mazinho; no dia 5 de janeiro, o Ezequias; e ontem, o Daniel Souza. As informações são de que não se tem absolutamente nada. Vamos sim verificar se houve chacina, se o responsável é policial militar. Agora, investigação sobre a morte de policiais militares.

Ontem vi uma verdadeira comoção e uma síndrome de pânico nas esposas, que diziam que seus maridos serão os próximos. Estamos vivenciando isso. São 19 policiais executados no estado de São Paulo neste ano. Estamos no dia 10 de fevereiro, já com 40 dias neste ano, e já são 19 policiais. Ontem aconteceu o caso do policial federal Marcelo, que foi baleado na cabeça e está em estado gravíssimo. Ele estava no Morumbi com a esposa quando viu um carro sendo assaltado. Foi intervir e tomou um tiro na nuca daquele que fazia a cobertura dos marginais. Além disso, um casal formado por um policial rodoviário federal e por uma policial militar, que serve na Rota, foi atacado. Ele estava pilotando a moto e morreu com os impac-tos. Ela, graças a Deus, saiu com vida.

Tivemos na sexta-feira um policial carcereiro, policial civil do 47º DP, que foi executado com quatro tiros, simplesmente porque ousou ficar em um ponto de ônibus.

Vejam o nível de insegurança a que chegamos. Imagine o que o cidadão que está nos assistindo fala. Terça-feira estive em Marília para enterrar o soldado Yuri, que morreu em serviço na noite anterior, em Bauru. Eles prenderam um traficante com entorpecente. A população começou a pressionar os dois patrulheiros, dizendo que não deixaria a Polícia prender, já que não é crime quando um “Black Bloc” quebra as coisas na rua. As pessoas se aglomeraram no meio da rua - o suficiente para vir o irmão do marginal, simplesmente, com uma arma, um revólver 357. Ele chegou e deu um tiro na cabeça do Yuri, que estava fardado. Depois, deu mais um tiro para conferir, além de quatro tiros no soldado Palma, que, pela mão de Deus - e, até, pela sua tentativa -, entrou em luta corporal com o marginal.

Porém, quando chegou o reforço da Polícia Militar, estavam os dois policiais fardados baleados no chão e a população da região ainda deu guarida para fugir, algemado, o que já estava preso. Olhem o nível da situação a que estamos chegando: policiais, alvos preferenciais dos criminosos. A população, já numa confusão entre o certo e o errado, muitas vezes apoia, localmente, o criminoso, enquanto os policiais estão morrendo - foram 19, neste ano.

Ficam aqui o meu lamento, o meu protesto e as minhas orações, tanto pelos policiais que se foram, lutando, defendendo a sociedade, quanto pelo cinegrafista da Rede Bandeirantes, que foi mais um produto da violência e da insensibilidade humana, no nosso País.

O SR. PRESIDENTE - EDSON FERRARINI - PTB - Tem a palavra o nobre deputado Adriano Diogo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, hoje, nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, comemora mais um ano de vida.

Há quase três décadas e meia, nosso partido foi fundado e estruturado, a partir do movimento estudantil, dos trabalhadores e de suas agremiações sindicais, da Igreja e de diversas representações da classe média. De fato, é um partido que surgiu da vontade popular, não só na cidade e no estado de São Paulo, mas em todo o País, para fazer mudanças significativas estruturais, tanto na política brasileira, como na situação da economia, criando condições para que a vida dos brasileiros pudesse ser melhor.

É um partido que combateu e lutou contra a Ditadura Militar no nosso País. Lutamos pela redemocratização do País, pela abertura política e econômica. É um partido que foi fundado, já com esse desejo de mudança.

Hoje, nosso partido comemora mais um ano de vida. O partido começou pequenininho, com poucos vereadores. Depois, foi elegendo prefeitos e governadores. Elegemos o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - o primeiro operário a assumi-la. Muitos empresários, inclusive, diziam que iriam embora do Brasil, se um dia o Lula chegasse à Presidência da República. Não somente lá chegou, como também fez alguns projetos que mudaram as vidas de milhares de brasileiros em todo o País: o “Minha Casa Minha Vida”, o “Bolsa-Família”, o “Luz Para Todos”. Fez um investimento forte no crédito do nosso País.

Criou condições para que o Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica Federal investissem, de fato, no desenvolvimento do nosso País. Voltou a investir nos portos e aeroportos. Hoje, no Brasil, voltamos a ter uma indústria naval, que tinha sido totalmente desmontada e sucateada. Repensou e está renovando toda a estrutura ferroviária, que já tem ligado boa parte do centro-oeste, do nordeste e do norte do Brasil.

Essas são algumas ações importantes que foram realizadas, ao longo destes 13 anos de governo do PT. Foram criados mais de 22 milhões de novos empregos. O risco Brasil, que estava nas alturas, melhorou; há um forte movimento em relação à guerra dos portos; unificação da alíquota do ICMS; redução da tarifa da energia elétrica; desburocratização, principalmente desoneração da folha de pagamento; investimento pesado no crédito; microempreendedor individual; regularização do trabalho de empregada doméstica; investimento na agricultura familiar - mais de 21 bilhões por ano; 98 bilhões no agronegócio; investimento voltado para o desenvolvimento do campo. As prefeituras do estado de São Paulo, com mais de 50 mil habitantes, terão ações importantes para melhorar as vicinais e as estradas, trazendo desenvolvimento aos municípios carentes.

Muitas políticas foram criadas a partir do Partido dos Trabalhadores, e isso vale para a Prefeitura de São Paulo: os CEUs criados na gestão da prefeita Marta Suplicy; o Bilhete Único; o Renda Mínima; o Começar de Novo; materiais escolares; corredores de ônibus. São muitos os programas sociais, seja no Rio Grande do Sul, na Bahia, ou em outros governos que, de forma permanente, estamos administrando. O Partido dos Trabalhadores, quando assume a prefeitura, o governo do estado ou a presidência, faz uma gestão para todos, atendendo, principalmente, as pessoas que mais precisam. É um partido que foi criado para representar os trabalhadores brasileiros e as pessoas mais carentes, há pouco mais de três décadas e meia. O nosso partido dá orgulho a muitos brasileiros.

Parabéns ao Partido dos Trabalhadores por mais um ano de vida!

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, quero saudar uma mãe que nos procurou recentemente. Veja que exemplo de mãe para a orientação da sua filha, de 13 anos. A mãe dizia “Coronel, já vi gente com problemas de drogas em vários lugares. Estou muito preocupada. Primeiro, me deixa pegar na sua mão e dar um abraço.” Ela se chama Ivone e tive muito prazer em recebê-la. Ela continuou: “Coronel, aconteceu o seguinte na minha vida. Quando eu tinha 13 anos de idade, assisti a uma palestra sua no meu colégio. O senhor conversou sobre drogas com todos aqueles alunos e eu vim aqui para lhe agradecer. Aquelas suas palavras tocaram tanto o meu coração que, ao longo da minha vida, mesmo que algum amigo tivesse me oferecido droga, tive força para dizer não. Aprendi com as suas palavras. Eu tinha 13 anos e hoje a minha filha está com 13 anos. Eu a trouxe para assistir a sua orientação porque quero que ela, ao longo da sua vida, nunca use drogas, como eu.”

Fica um alerta para os pais. É bom você orientar o filho. É bom falar sobre drogas. Não se preocupe com a escola. A escola ensina; a educação tem que ser conjugada com a família.

Essa mãe levou a sua filha, Marta, e eu tive o privilégio de conversar e autografar o livro que eu dei de presente a ela. Ela me contou que, quando a filha tinha sete ou oito anos, ela usou este livro que eu fiz para um milhão e meio de crianças do governo Mário Covas.

Este livro fala coisas simples, é uma história da Branca de Neve para uma criança de sete anos. A moral da história é a seguinte: a bruxa queria fazer mal; ela oferece a maçã, bota o veneno de um lado e morde do outro.

Daí ela disse: “filha, se a Branca de Neve tinha o direito de dizer não à bruxa, se ela tivesse dito não, ela não comeria a maçã envenenada.” E a filhinha dela de 13 anos lembrava disso. E ela também lembrava disso.

Isso é a prevenção. Você, pai, que quer receber esse livro, entra no meu site, é de graça.

Ela levou essa orientação também, este outro livro em que elogiar maconha é propaganda enganosa. Eu fiz junto com o deputado Ramalho da Construção. Ele falou que não aguentava mais ver no seu canteiro de obras pessoas usando crack. Esse grande deputado imprimiu 200 mil unidades desses livros.

Pai, quer receber na sua casa? Quer receber para a sua escola inteira? Entra no meu site, é só pedir.

Pai, sabe o que é bom fazer? Leve o seu filho na Av. Jabaquara. Eu estou lá há 43 anos, toda terça-feira, às 19hs30min. São 100 pessoas viciadas na minha frente. Você pode levar como prevenção. Eu não cobro um único centavo, não precisa marcar hora e nem nada. Telefona para mim, entra no facebook, no site... Tem tudo para você entrar em contato.

Quer receber esse livro de graça? Eu escrevi o livro; o deputado Ramalho da Construção imprimiu para o seu sindicato. Ele é um deputado brilhante, atuante também.

Esta mãe, ao levar a filha, falou: “Coronel, a sua aula foi uma vacina contra as drogas que eu recebi quando eu tinha 13 anos. Estou com a minha filha de 13 anos para receber a mesma vacina.”

Droga é isso: a pessoa só entra por curiosidade e desinformação. Ao assistir aquela palestra, nós acabamos com a desinformação; ao orientar a criança, nós tiramos a sua curiosidade. Nós mostramos a verdade da droga.

Por isso, eu estou lhe agradecendo, Ivone, por ter levado a sua filha Marta.

Quero agradecer e cumprimentar o deputado Fernando Capez, presente neste Plenário. Um deputado muito atuante que, como eu, faz os seus trabalhos em defesa da sociedade.

Pai e mãe que estiverem me ouvindo, querem receber toda a informação? Quantas crianças têm na sua escola? Cinquenta? Eu lhe dou. Você vem buscar aqui ou lá no meu centro de recuperação em Av. Jabaquara 2.669, em frente à Igreja São Judas, do outro lado da calçada.

Se tiver usando drogas e se tiver com problemas de alcoolismo, venha também.

Venha primeiro a família para aprender que o álcoolatra e o drogado não querem ajuda. Aprenda comigo e depois nós vamos salvar essa vida, sem dúvida alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Tem a palavra o nobre deputado Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna, pela primeira vez este ano, para falar de um lamentável incidente no Campeonato Brasileiro do ano passado, e do comportamento das torcidas organizadas, principalmente do Corinthians, neste início de campeonato.

Em primeiro lugar, quero deixar registrada a lamentável decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Numa virada vergonhosa de mesa, tirou os pontos da Portuguesa - sempre a Portuguesa, tão prejudicada - e os transferiu arbitrariamente para o Fluminense. O clube carioca, que havia sido rebaixado para a segunda divisão, dentro do campo, foi, numa manobra ilegal e ardilosa, reconduzido sem méritos à primeira divisão, com prejuízo da Portuguesa. Ela, ao contrário, conquistou, dentro de campo, o direito de permanecer na divisão principal do futebol o foi rebaixada.

Vamos apenas lembrar o que está acontecendo. A Portuguesa, na última rodada do Campeonato Brasileiro do ano passado, um domingo, escalou um jogador que havia sido condenado na sexta-feira a dois jogos de suspensão. O STJD se reuniu na sexta-feira, puniu o jogador da Portuguesa com dois jogos de suspensão, no Rio de Janeiro. O advogado da Portuguesa, que estava no julgamento, que também é advogado do Fluminense, fã do jogador Fred do Fluminense - mas que estava advogando para a Portuguesa, não avisou a diretoria da Portuguesa de que o jogador havia sido suspenso por dois jogos. No domingo, o jogador foi escalado para a partida, sem que a Portuguesa soubesse de suas condições. Acabou a rodada, o Fluminense foi rebaixado, a Portuguesa permaneceu na primeira divisão quando, na segunda e terça-feira, o Sr. Paulo Schmidt, procurador da Justiça Desportiva, pediu a impugnação do jogo, a perda dos pontos e o rebaixamento da Portuguesa.

Mas eles não haviam estudado a lei. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva não havia estudado o Estatuto do Torcedor, desconhia uma regra desse estatuto e imaginava que com essa manobra a Portuguesa estaria rebaixada. Parecia que a manobra havia sido perfeita. Mas eles não contavam com a própria ignorância. O STJD desconhia que o Estatuto do Torcedor havia sido modificado em 2010; fez uma manobra para rebaixar a Portuguesa com base na legislação anterior. Tomaram um susto! O que diz a redação atual do Estatuto? No Art. 36, § 2º: “Qualquer decisão da Justiça Desportiva, qualquer condenação da Justiça Desportiva só produz efeitos depois de publicada no site da CBF.” O STJD não acompanhou a modificação e, ao punir a Portuguesa, aplicou a lei antiga. O jogador foi condenado na sexta-feira, o jogo foi no domingo, mas a decisão que condenou a Portuguesa só foi publicada no site da CBF na segunda-feira. Portanto, a decisão que condenou o jogador a dois jogos de suspensão só passou a valer a partir de segunda-feira, e não a partir de sexta-feira.

Isso está escrito no Art. 36, § 2º, do Estatuto do Torcedor. Logo, o jogador só ficou suspenso por dois jogos de segunda em diante, e o jogo foi domingo, na véspera, quando ele reunia condições. E agora? O STJD se reuniu e não podia reconhecer a própria estupidez. O relator do caso da Portuguesa, em um voto de 42 minutos, tentou justificar o injustificável. Disse que a lei, ao dizer que a condenação só vale a partir da publicação no site da CBF, não quis dizer isso.

Por essa razão, o Dr. Roberto Senise Lisboa, promotor de defesa do consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo, que é titular em direito civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sabe que tem o dever de zelar pelo direito do torcedor, está preparando uma ação contra a CBF e o STJD, para que a Portuguesa tenha assegurado e garantido seu direito legítimo, conquistado em campo, de participar do Campeonato Brasileiro.

Espero que a Justiça Paulista não seja mais realista que o rei, não seja tímida e faça valer o que consta na lei federal, no Estatuto do Torcedor, no direito do consumidor, e devolva, sem manobras, a Portuguesa ao local que ela conquistou, que é a Primeira Divisão. Esse tipo de manobra tem relação direta com a violência no futebol e deve ser coibida.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo remanescente do Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, telespectadores da TV Aleps, volto a esta tribuna para continuar meu pronunciamento em relação ao tema da Educação.

A Educação tem representado um consenso no Brasil. Somente por meio de uma Educação Pública gratuita e de qualidade teremos um desenvolvimento humano, social, tecnológico, ambiental, econômico e cultural. A Educação é a principal alavanca desse desenvolvimento; no entanto, o Brasil caminha na contramão disso.

Em meu primeiro pronunciamento, citei que o reajuste para o Piso Salarial Nacional dos professores para este ano, publicado no dia 30 de janeiro no Diário Oficial, foi de apenas 8,32 por cento. Com isso, o piso dos professores do Magistério, estabelecido pelo governo federal, é apenas de R\$ 1.697,00. Esse salário é aviltante para os profissionais da educação, para trabalhar 40 horas semanais, praticamente o dia todo.

O segundo ponto que gostaria de levantar, também, algo que vai na contramão de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico e social do nosso país: o governo federal adiou a Conferência Nacional de Educação, que seria realizada agora em fevereiro. Adiou para novembro, final do ano, juntamente com a prorrogação da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Nós estamos sem Plano Nacional de Educação. O plano nacional que foi aprovado em 2001 por um prazo de 10 anos já venceu, no ano de 2011. Então, nós entramos nos anos de 2012, 2013 e agora estamos entrando no ano de 2014 sem um Plano Nacional de Educação que estabeleça metas, diretrizes e objetivos para a Educação nacional em todos os níveis: desde a educação infantil ao ensino superior. Isso significa que a Educação no Brasil está à deriva.

E o principal ponto dessa discussão é: por que o governo federal está boicotando, está impedindo tanto a realização do Conae, Conferência Nacional de Educação, como também a tramitação e a aprovação imediata do Plano Nacional de Educação? Trata-se do financiamento da Educação. Essa é a questão, Sr. Presidente, que está por detrás desse boicote, desse impedimento, tanto da aprovação do plano como também da realização do Conae.

Ou seja, o governo federal não quer investir mais recursos na Educação. E o ponto central da discussão é a luta em defesa dos dez por cento já do PIB para a Educação.

Sr. Presidente, o meu tempo encerrou, contudo, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – PELO ART. 82 - Então, Sr. Presidente, há um boicote. Há um boicote do governo federal. E mais grave ainda é que a Emenda Constitucional nº 59, aprovada no ano de 2009, determina que a partir do ano de 2016, logo daqui a 2 anos, a Educação Infantil na área da pré-escola será obrigatória e também o Ensino Médio será obrigatório.

Isso significa que o Brasil vai ter, necessariamente, que investir mais recursos em educação pública para atender à demanda das crianças de 4 anos, porque em 2016 toda criança com 4 anos de idade será obrigada a estar matriculada numa Emei, numa escola municipal de Educação Infantil na área da pré-escola. E todos os adolescentes entre 15 e 17 anos também deverão estar matriculados no Ensino Médio. Ou seja, é a matrícula compulsória, obrigatória, para todas as crianças e adolescentes na faixa dos 4 aos 17 anos.

O Brasil vai ter que investir, construir novas escolas estaduais e municipais para atender a essa grande demanda. E, no entanto, o governo impede a aprovação do Plano Nacional de Educação, deixando o Brasil à deriva, sem um projeto educacional e sem financiamento da Educação e sabota também a realização da Conferência Nacional de Educação, que é a Conae, que seria realizada agora, exatamente no mês de fevereiro. Ela foi adiada para o final do ano após as eleições. Isso é muito grave.

E aqui no estado de São Paulo, nós também não temos Plano Estadual de Educação. Nós estamos à deriva no plano federal e no plano estadual também. PT e PSDB juntos contra a educação pública brasileira, boicotando a educação pública brasileira.

Aqui, nós não iniciamos nenhum tipo de discussão em torno da aprovação de um Plano Estadual de Educação para que o estado também tenha metas, diretrizes e objetivos para a educação nacional.

Essa situação está escanteada, não é discutida pela Secretaria Estadual de Educação. Até hoje não chegou uma proposta, não chegou um chamamento para esse debate, nem na Assembleia Legislativa, e muito menos junto às entidades representativas da educação pública, que englobam não só as entidades ligadas à educação básica, mas também aquelas ligadas ao ensino superior e à educação técnica e tecnológica: nós temos aí o Centro Paula Souza e as nossas três grandes universidades: USP, Unicamp e Unesp. Todos esses setores devem compor esse bloco de discussão da construção do Plano Estadual de Educação.

Mas aqui o governador Geraldo Alckmin não quer investir mais recursos na Educação, que está totalmente à deriva no estado de São Paulo, sem norte e sem sul. Temos um amontoado de programas malcuadridos e sem continuidade. Só aqueles que prejudicam o magistério é que tem sequência, como a continuação da quarentena, que tem prejudicado os professores da categoria “o”, a falsa meritocracia, enfim, esses projetos que prejudicam e desvalorizam o magistério têm tido continuidade.

Os outros projetos, no mesmo Governo - são 20 anos que o PSDB está “desgovernando” o estado de São Paulo - não têm continuidade. Esse partido, que está degradando a educação pública, não consegue dar continuidade às suas ações. Repito: só dá continuidade às ações que prejudicam os professores e o Magistério Público Estadual.

Gostaria de registrar que iremos continuar pressionando o governo federal a aprovar imediatamente um Plano Nacional de Educação que canalize no mínimo 10% do PIB, da nossa riqueza, para a educação pública. Já estamos fazendo o mesmo há um tempo no estado de São Paulo junto ao governador Geraldo Alckmin, do PSDB, que tem destruído a Educação pública estadual e, sobretudo, a carreira do Magistério.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes projetos vetados: Projeto de lei Complementar nº 56 de 2011 e os Projetos de lei n°s 506, de 2008 e 260, de 2013.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de quinta-feira passada, além dos aditamentos anunciados.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 37 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 11/02/2014

PROCESSO Nº 290/2012 (RGE Nº 3467/2012)

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Prestação de serviços de elaboração de projeto técnico de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco da ALESP – Delegação de competência para fins de propositura de Projeto Técnico, destinado à Comissão Técnica de que trata o Decreto nº. 56.819/2011.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do que consta nos autos do Processo Digital nº 290/2012, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia, na área de Segurança Contra Incêndio para elaboração e execução do PT (Projeto Técnico) de Segurança Contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco, conforme especificações; à vista dos termos do Expediente AT/DSG 006/2014 exarado pela Assessoria Técnica de Engenharia da ALESP em 06/02/2014, cujos termos ora acolhe; ante a manifestação do Senhor Secretário Geral de Administração, datada de 11/02/2014, estando atendidas as exigências constantes do Decreto nº 56.819/2011 e da Instrução Técnica nº 01/2011 baixada pela Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, que ratifica, **DECIDE**:

I – **DELEGAR** competência ao Senhor Secretário Geral de Administração para representar este Poder na assinatura da versão definitiva do respectivo Projeto Técnico de Segurança Contra Incêndio e Áreas de Risco (PT-SCI), ali incluídos o (i) formulário de segurança contra incêndio de projeto técnico, (ii) Registro de Responsabilidade Técnica e apresentação das (iii) plantas aprovadas de medidas de segurança contra incêndio, nos termos do Decreto nº. 56.819, de 10 de março de 2011.

(Decisão nº 314-A/2014);

DE 12/02/2014

PROCESSO RGE Nº 5819/2011

Interessado: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Contrato administrativo celebrado entre este Poder e a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação – FUNDAC para a produção de toda a programação (24 horas), para a TV ALESP com tecnologia HDTV (alta definição), bem como a entrega do sinal máster para retransmissão por todas as operadoras de TV a cabo do Estado de São Paulo e também para a transmissão em sinal aberto e gratuito digital para todo o Estado de São Paulo e via internet para a TV web – nomeação de comissão de fiscalização.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido no §2º da Cláusula 4º do contrato firmado entre este Poder e a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação – FUNDAC, que tem por objeto a produção de toda a programação (24 horas), para a TV ALESP com tecnologia HDTV (alta definição), bem como a entrega do sinal máster para retransmissão por todas as operadoras de TV a cabo do Estado de São Paulo e também para a transmissão em sinal aberto e gratuito digital para todo o Estado de São Paulo e via internet para a TV web, **DECIDE** nomear para compor a Comissão de Fiscalização da execução do referido contrato, na qualidade de representantes da Mesa Diretora, os seguintes servidores:

Presidência:
-Titular: RICARDO LUÍS SILVA REIS LOBO, Matrícula nº 16.409, ocupante, em comissão, do cargo de Assistente Legislativo I;
- Suplente: CLEIDE ALVES, Matrícula nº 16.228, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Especial I.

1º Secretaria:
- Titular: SERGIO CARLOS CANOVA, Matrícula nº 12.104, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico de Gabinete;

- Suplente: TATIANA LIMA SARMENTO PANOSSO, Matrícula nº 23.807, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Especial I;

2º Secretaria:
- Titular: RICARDO MALHEIROS ASPRINO, Matrícula nº 4.443, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Chefe de Gabinete.

- Suplente: LEONARDO DAVID QUINTILIANO, Matrícula nº 17.948, ocupante, em comissão, do cargo Assessor Técnico de Gabinete.

(Decisão nº 318-A/2014);

(Republícado por ter saído com incorreções)

DE 13/02/2014

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

JUSSARA RIBEIRO DE OLIVEIRA ROSARIO, RG nº 242111543, matrícula nº 23937, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), como vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 319/2014);